

ambiente

Amazônia sob Bolsonaro

Na maior jazida de nióbio do mundo, índios querem decidir

Sem esperança em mineração, devido aos vetos e à falta de mercado do minério pelo qual Bolsonaro é obcecado, indígenas de Seis Lagos (AM) sonham com turismo e reclamam de estrada

Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida

TERRA INDÍGENA BALAIO (AM) No mapa, São Gabriel da Cachoeira (AM), a 2h20 de voo de Manaus, é um ponto verde na floresta amazônica. Para quem vive na região, trata-se do epicentro de um município de tamanho comparável à Inglaterra, onde habitam 23 povos indígenas. A dezenas de quilômetros da cidade, está o maior depósito mundial de nióbio, o mineral que se tornou uma obsessão para o presidente Jair Bolsonaro.

São 2,9 bilhões de toneladas no subsolo, nunca explorados. Sobre a jazida, montanhas, formações rochosas de diversos formatos, orquídeas e lagoas de diferentes cores formam uma das regiões mais singulares da Amazônia, distante da infinita planície verde associada à região.

Antes do início da pandemia de Covid-19, a reportagem da **Folha** visitou o local, conhecido como Seis Lagos, guiada por moradores da Terra Indígena (TI) Balaio. As comunidades ali debatem se a região tem mais vocação para o turismo ou para a mineração, embora estejam mais preocupados com seu quase isolamento devido ao péssimo estado de conservação da BR-307, a rodovia de acesso.

"Uns têm os olhos pra trabalhar no minério, mas, se for ver bem, é muito complexo de trabalhar. Outros veem com potencial de trabalhar com etnoturismo e ecoturismo", diz o agente de saúde indígena André Veloso, 32, que acompanhou a reportagem, sobre a opinião dos 350 moradores da TI, de diversos povos.

De novo, o mapa pode ser enganoso. A distância de São Gabriel até a comunidade de Yamirim, que dá acesso a Seis Lagos, conta apenas 85 km, via BR-307, cruzando a linha do Equador. Na prática, a rodovia federal é um corredor de lama, por onde só passam Toyota Bandeirantes. A reportagem percorreu o trecho em 4h30, numa velocidade de 19km/h. O preço: R\$ 2.000, ida e volta.

Após chegar à comunidade, foi preciso subir o igarapé com o mesmo nome por cerca de 2h. Depois, 4h de caminhada montanha acima. A primeira lagoa, de águas verdes, apare-

ce no fundo de um vale.

A reportagem acampou por uma noite à beira do lago do Dragão, cercado por rochas pontiagudas de cor terrosa e uma floresta de média estatura e arbustos, alguns com flores. A neblina é comum.

A exploração do nióbio em Seis Lagos tem dois obstáculos quase intransponíveis. Pela legislação, Seis Lagos está fora do alcance da mineração. O local está incluído em três áreas protegidas e sobrepostas: além da TI Balaio, a área pertence ao Parque Nacional Serra da Neblina e à Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, esta do governo do Amazonas. Nenhuma dessas categorias permite a atividade.

Outro impeditivo à exploração do nióbio amazônico está na demanda. As projeções são unânimes em afirmar que as reservas atualmente em exploração têm capacidade para atender ao mercado mundial durante várias décadas.

O Brasil já é o principal produtor mundial, com 88% do total, segundo o Serviço Geológico dos EUA. A maior parte do nióbio vem da CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), sob controle da família sócia do Itaú Unibanco, localizada em Araxá (MG). A empresa estima ter reservas para produzir por pelo menos dois séculos.

"Não existe interesse de mineradoras no Morro de Seis Lagos", afirma o geólogo Tadeu Veiga. Professor voluntário da UnB, ele esteve na região em 1997, representando uma empresa de mineração. A época, a CPRM (Serviço Geológico do Brasil) tinha a intenção de licitar os direitos minerários, mas os planos nunca foram adiante.

Apesar da falta de mercado, Bolsonaro usa o nióbio como justificativa para abrir a mineração em terras indígenas — a atividade está permitida pela Constituição, desde que regulamentada e após consulta prévia aos povos afetados.

Em 2016, quando se preparava para a campanha presidencial, Bolsonaro produziu um vídeo sobre o nióbio, gravado em Araxá. Com um pedaço de mineral nas mãos, disse: "Isso pode nos dar independência econômica." Em outro trecho, menciona a demarcação de terras indígenas como uma barreira à exploração.

A falsa noção de que o nióbio é a panaceia para a economia brasileira tem origem no líder ultranacionalista Enéas Carneiro, cujas ideias influenciam o bolsonarismo.

Em fevereiro, Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto de lei sobre a abertura de terras indígenas para mineração. A proposta, criticada pela maior parte do movimento indígena, prevê que os povos afetados terão poder de veto em caso de garimpos, mas não de grandes projetos.

Após justificar o projeto à época, Bolsonaro disse que "o indígena tem coração, tem sentimento, tem alma, tem necessidade e tem desejos e é tão brasileiro quanto nós".

A promessa de legalização tem estimulado a invasão de garimpeiros, aliada à orientação de Bolsonaro para frear operações do Ibama. Em abril, dois coordenadores de fiscalização do órgão ambiental foram demitidos em represália ao fechamento de garimpos em terras indígenas no Pará.

Impulsionados também com a alta de preço do ouro, os garimpos ilegais crescem nas TIs Raposa/Serra do Sol (RR), Yanomami (RR/AM) e Mundurucu (PA), entre outras.

A TI Balaio não tem garimpo, mas é rota de garimpeiros rumo a explorações ilegais de ouro na TI Yanomami e na Venezuela. Para isso, contam com a vista grossa da barreira do Exército na estrada, que não os barra. Quando a reportagem passou ali, os militares pareciam apenas preocupados em identificar estrangeiros.

As condições precárias da rodovia são um martírio tanto para os indígenas da TI Ba-

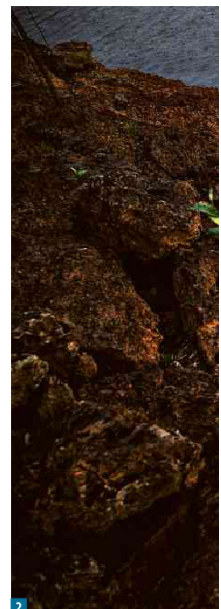
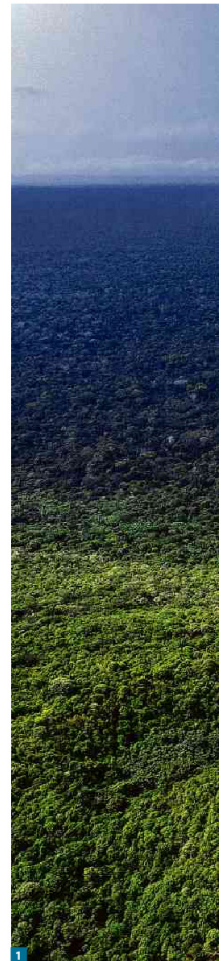
acompanhe a série

A **Folha** retoma neste domingo (5) a série "Amazônia sob Bolsonaro", que mostra as mudanças e as pressões na maior floresta tropical do mundo durante o atual governo e os desafios para mantê-la em pé. Acompanhe os próximos capítulos em folha.com/amazonia-sob-bolsonaro



- 1 Vista aérea da Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos em São Gabriel da Cachoeira (AM)
- 2 O agente de saúde indígena André Veloso pega água no lago do Dragão
- 3 Caminhonetes percorrem a BR-307
- 4 Veloso conduz canoa pelo igarapé Ya-Mirim e...
- 5 ...caminha pela trilha que leva ao Morro dos Seis Lagos

Fotos Lalo de Almeida/Folhapress





Outro impeditivo à exploração do nióbio amazônico está na demanda. As projeções são unânimes em dizer que as reservas já em exploração podem atender ao mercado mundial durante décadas

O Centro de Comunicação Social do Exército afirmou que está realizando obras de recuperação e conservação por meio de duas operações, a um custo de R\$ 19,2 milhões, para manter a trafegabilidade até a TI Balaio. As obras devem ficar prontas em novembro.

Sobre a política sobre a passagem de garimpeiros pela barreira, a resposta foi de que "não há nenhum tipo de bloqueio realizado pelo Exército Brasileiro na referida BR". A reportagem mantém a informação de que existe uma barreira, inclusive com um portão.

Com ou sem exploração de nióbio, a mineração tem sido um dos temas mais discutidos entre os indígenas desde pelo menos a década de 1970, quando garimpeiros e mineradores invadiram a região.

Para expulsá-los, os indígenas se organizaram por meio da Foinr (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro). Fundada em 1987, pressionou pela demarcação das terras indígenas. Hoje, retine 90 associações, que representam 700 comunidades.

"Invadiram o nosso território e estávamos sem segurança. Houve matança entre indígenas e os garimpeiros", afirma o diretor da Foinr Adão Henrique, do povo baré. "Com a força do movimento e da Funai, houve a retirada".

Contrária à proposta de Bolsonaro, a Foinr nunca foi procurada para discutir mineração pelo governo federal, segundo Henrique. O dirigente diz que a entidade está aberta a conversar sobre o tema.

"Queremos desenvolvimento, mas uma discussão participativa. Tem de ser passo a passo, cumprir a legislação, tanto internacional quanto brasileira. O movimento vai continuar firme contra esse pensamento do governo atual, para não deixar que os povos indígenas do rio Negro sejam prejudicados ou iludidos com projetos que não darão certo."

laio quanto para os ianomânis da comunidade Maturacá, onde vivem 2.100 pessoas. Usando o igarapé Ya-Mirim, que atravessa a comunidade, eles ainda têm de viajar por um dia até chegar a casa.

Os indígenas vão com frequência a São Gabriel da Cachoeira receber o Bolsa Família e outros benefícios, e não raro gastam todo o dinheiro do programa com transporte.

Por causa do preço alto, o frete da Toyota Bandeirantes costuma ser dividido entre famílias. Muitos viajam na carroceira, incluindo criança e idosos. Carros atolados são regra, e não é raro pernoitar na estrada até outro "toyotero" fazer o resgate.

Além de moradores e garimpeiros, essa também é a rota para turistas dispostos a subir o Pico da Neblina, o ponto mais alto do Brasil.

O projeto de visitação, autorizado pela Funai e pelo ICMBio, seria uma fonte de renda para os ianomânis de Maturacá e teria início em março, mas a pandemia adiou a abertura.

A experiência dos ianomânis recepcionando visitantes tem sido acompanhada com atenção na TI Balaio. "O mais viável no momento seria o turismo", afirma o cacique Veloso, do povo desana, ao comparar com a mineração. "Tem vários lugares bonitos. Faltam organização e estrutura."